

IFRS E PROBABILIDADE DE REPÚBLICAÇÃO: UM ESTUDO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS LISTADAS NA BOVESPA

Rodrigues Soares, Cosmeilson; Yoshio Suguri Motoki, Fabio; Soares Monte-mor, Danilo
IFRS E PROBABILIDADE DE REPÚBLICAÇÃO: UM ESTUDO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS LISTADAS NA
BOVESPA

Revista Catarinense da Ciência Contábil, vol. 17, núm. 52, 2018
Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, Brasil
Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=477556756006>
DOI: <https://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v17n52.2694>

Esta obra está bajo una Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial-CompartirIgual 4.0 Internacional.

IFRS E PROBABILIDADE DE REPUBLICAÇÃO: UM ESTUDO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS LISTADAS NA BOVESPA

IFRS AND PROBABILITY OF REPUBLISHING: A STUDY OF BRAZILIAN COMPANIES LISTED ON BOVESPA

Cosmeilson Rodrigues Soares cosmeilson@hotmail.com

Fucape Business School, Brasil

 <http://orcid.org/0000-0002-3397-3015>

Fabio Yoshio Suguri Motoki fmotoki@fucape.br

Fucape Business School, Brasil

 <http://orcid.org/0000-0001-7464-3330>

Danilo Soares Monte-mor danilo@fucape.br

Fucape Business School, Brasil

 <http://orcid.org/0000-0002-5677-5804>

Revista Catarinense da Ciência Contábil,
vol. 17, núm. 52, 2018

Conselho Regional de Contabilidade de
Santa Catarina, Brasil

Recepção: 12 Junho 2018

Aprovação: 10 Agosto 2018

DOI: <https://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v17n52.2694>

Redalyc: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=477556756006>

CC BY-NC-SA

Resumo: Esta pesquisa estudou o período de transição e pós-transição da adoção das Normas Internacionais para Contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS) no Brasil, com o objetivo de analisar seu efeito em republicação de relatórios financeiros e na emissão de parecer de auditoria com ressalva ou reprovação. Esta pesquisa analisou 613 empresas listadas na BM&FBovespa no período de 2001 a 2016. A análise foi elaborada por meio de um modelo Logit, testando-se as hipóteses de que a adoção das IFRS no Brasil reduzisse tanto a probabilidade de republicação quanto de emissão de parecer com ressalva ou reprovação. Os resultados obtidos indicaram que houve uma redução na probabilidade de pareceres com ressalva ou reprovação tanto no período de transição das IFRS quanto no pós-IFRS, com um efeito mais pronunciado neste último. Os resultados indicam que as IFRS podem ter tido um impacto positivo na qualidade das demonstrações, embora não tão forte quanto o desejado.

Palavras-chave: Republicação, Ressalva, IFRS.

Abstract: This study analyzed the transition and post-transition period of the adoption of the International Financial Reporting Standards (IFRS) in Brazil, and its main objective was to elucidate its implications both in republishing financial reports and in issuing an accounting audit opinion, with qualification or disapproval. This research analyzed 613 companies listed on the BM&FBovespa from 2001 to 2016. The analysis was elaborated through a Logit model, testing the hypotheses that the adoption of IFRS in Brazil would reduce both the probability of republishing and of issuing an opinion with qualification or disapproval. The results have indicated that both in the transition and in the post-IFRS periods there was a reduction in the probability of opinions with qualification or disapproval, with a greater effect on the latter. These results indicate that the IFRS may have impacted reporting quality positively, but not as strongly as desired.

Keywords: Republishing, Qualification, IFRS.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é analisar o efeito das Normas Internacionais para Contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS) em república de relatórios financeiros e na emissão de parecer de auditoria com ressalva ou reprovação. Existe alguma evidência apontando que a adoção das IFRS tem resultado na melhoria da informação contábil gerada, refletindo na apresentação mais fidedigna sobre a posição econômica e financeira de uma entidade (Ball, Robin, & Wu, 2003; Barth, Landsman, & Lang, 2008; Daske, Hail, Leuz, & Verdi, 2008; Gebhardt & Novotny-Farkas, 2011; Horton, Serafeim, & Serafeim, 2013; Cameran, Campa, & Pettinicchio, 2014; Lara, Torres, & Vieira, 2008; Paananen & Lin, 2009; Rathke, Santana, Lourenço, & Dalmácio, 2015). Porém, como Daske et al. (2008) e Christensen, Hail e Leuz (2013) argumentam, tal resultado pode ser contingente no nível de *enforcement* do país. Daske, Hail, Leuz e Verdi (2013) aprofundam a investigação e encontram que empresas “sérias” na adoção de IFRS usufruem de benefícios econômicos dessa medida, enquanto as empresas “de aparência” não.

Mais recentemente, Leuz & Wysocki (2016) expõem que a evidência dos efeitos de regulação dos relatórios contábeis é fraca, propondo mais pesquisas sobre o tema. Este trabalho se encaixa dentro desse chamado, estudando a adoção de IFRS num país de baixo *enforcement* como o Brasil (Durnev & Kim, 2005). Ademais, algumas ações de melhoria não necessariamente implicam em mudanças positivas na qualidade da informação contábil, pois não levam em consideração alguns fatores importantes, tais como culturais, educacionais e jurídicos, que podem resultar em interpretações dúbia e práticas heterogêneas (Ball, 2006). Por fim, Jiang, Habib e Zhou (2015) argumentam que a evidência empírica de república em mercados emergentes é mínima, apesar de serem os mercados mais vulneráveis à manipulação dos relatórios contábeis. Esta investigação espera contribuir com evidência empírica sobre o tema, verificando se a adoção das IFRS no Brasil reduziu a probabilidade de república e de emissão de parecer de auditoria com ressalva ou reprovação, *proxies* para qualidade dos relatórios.

Uma das preocupações dos reguladores é manter os custos de uma nova regulação suficientemente baixos para que não anulem os potenciais benefícios da regulação. Há evidência sugerindo que a adoção das IFRS modifica a forma e o conteúdo dos relatórios contábeis, assim como o próprio processo regulatório contábil, gerando aumento de custos com a conformidade, sobretudo no que se refere à alteração dessas publicações (De George, Ferguson, & Spear, 2013).

A partir dessas mudanças também surge a elevação dos custos de serviços de auditoria, trazendo a discussão da relação do custo-benefício do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade. (Hail, Leuz, & Wysocki, 2010). Buscando medir ganhos trazidos pela adoção de IFRS, Oliveira, Dias e Gomes (2014) pesquisaram 19 empresas brasileiras com ações na bolsa de valores de Nova Iorque. Os resultados indicam que houve uma diminuição de 24%

nos custos de auditoria após as IFRS, fornecendo uma indicação positiva para a adoção do padrão (Oliveira et al., 2014). Vale ressaltar que o ambiente institucional brasileiro não possui uma rigorosa supervisão ou um acompanhamento do trabalho do auditor como nos Estados Unidos, o que torna importante a análise de parecer com ressalva ou reprovação (Durnev & Kim, 2005).

Neste estudo são analisadas 613 empresas listadas na BM&FBovespa, no período de 2001 a 2016, por meio das demonstrações contábeis e dos pareceres de auditoria, extraídos do software Economatica e do site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no ano de 2017. A análise foi conduzida por meio de um modelo Logit, testando-se as hipóteses de que a adoção das IFRS no Brasil reduza tanto a probabilidade de republicação quanto a probabilidade de parecer com ressalva ou reprovação.

Os resultados obtidos indicam que, no período de transição das IFRS, houve redução na probabilidade de pareceres de auditoria com ressalva ou reprovação, ainda que se considere o fato de ser um momento de adaptação ao novo paradigma contábil. Essa tendência se acentuou quando foi analisado o período pós-IFRS, pois observou-se um aumento ainda mais significativo da probabilidade de redução da ocorrência de pareceres com modificação ou reprovados. Esses resultados explicam a solidez dos relatórios contábeis em decorrência da adoção dos padrões das IFRS. Entretanto essa melhoria do ambiente informacional parece ser parcial, pois não se encontrou relação entre a adoção das IFRS e a probabilidade de republicação, abrindo um caminho para investigações que levem a um padrão superior.

Nesse prisma, espera-se que esta pesquisa contribua tanto com o meio acadêmico quanto com o mercado de capitais, com os conselhos de administração e com os acionistas e órgãos de regulação e controle sobre: (a) implicações referentes ao processo de convergência das normas internacionais de contabilidade no Brasil; (b) a adoção das IFRS e seus efeitos na probabilidade de aumento de republicações das demonstrações financeiras; e (c) seu respectivo efeito nas emissões de parecer de auditoria com ressalva.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 IFRS e a qualidade da informação contábil

A necessidade de implantação das IFRS no Brasil deriva principalmente de questões relacionadas à padronização das normas internacionais de contabilidade, bem como do incentivo ao fomento de investimentos estrangeiros no país. Uma recente pesquisa revela que mais de 25 mil entre as cerca de 48 mil empresas listadas nas 85 principais bolsas de valores do planeta adotam a padronização contábil das IFRS. Além disso, das empresas que não empregam as IFRS, mais de 80% são listadas nas bolsas da China, da Índia, do Japão e dos Estados Unidos (Girotto, 2017).

A introdução das IFRS tem influenciado as práticas contábeis, trazendo consigo um impacto significativo, sobretudo na forma como os relatórios

financeiros são elaborados. O padrão contábil brasileiro anterior às IFRS (os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos – BR GAAP) foi formulado com interesses que não priorizavam informação ao mercado e, portanto, possuíam um menor nível informacional (Oliveira & Lemes, 2011). Por sua vez, o padrão contábil internacional teve como base o fornecimento de informações que impactam as decisões estratégicas dos agentes, sobretudo visando atender às necessidades dos investidores (Cavalier & Tiras, 2013).

Embora a adoção das IFRS em princípio tenha trazido consigo maiores exigências com relação à obtenção de uma maior qualidade da informação contábil (IFRS, 2018), ela não leva necessariamente à extinção de ações fraudulentas ou à redução dos impactos oriundos de falhas nos procedimentos contábeis (De George, Patel, & Zeckhauser, 1999; Dechow, Ge, & Schrand, 2010). O processo de adoção das IFRS no Brasil pode ter proporcionado maior flexibilidade no tratamento contábil, o que não existia sob os BR-GAAP, de caráter primariamente fiscal. Ao mesmo tempo em que isso permite escolhas que melhor refletem a realidade econômico-financeira da empresa, pode facilitar aos gestores a manipulação dos registros contábeis. (Cavalier & Tiras, 2013).

Uma das razões da existência da auditoria é ser uma ferramenta capaz de minimizar os impactos ocasionados por conflitos de interesse (Jensen & Meckling, 1976; Barry & Brown, 1985; Merton, 1987). A ideia da auditoria é que um terceiro, de forma independente, assegure que a empresa apresente uma informação que reflete seus fundamentos econômico-financeiros de acordo com os GAAP. Pesquisas associam a qualidade da auditoria a diversos fatores: tamanho da firma de auditoria, seguro de auditoria, ser ou não Big Four, troca de firma de auditoria e experiência do auditor, tempo de duração do vínculo entre a empresa e a auditoria, entre outros (DeAngelo, 1981; Watts & Zimmerman, 1981; Dye, 1993; Solomon, Shields & Whittington, 1999; Geiger & Raghunandan, 2002; Ghosh & Moon, 2002; Myers, Myers & Omer, 2003; Francis, 2011).

Por outro lado, no que tange à associação da auditoria à qualidade da informação gerada, há uma dificuldade inerente ao se incluir a adoção das IFRS, dado que o padrão contábil é relativamente recente e é considerado um processo amplo e complexo. Apesar de existirem diversas medidas de avaliação da qualidade da informação contábil (Dechow et al., 2010), ainda não há consenso sobre o efeito da adoção das IFRS (Francis, Olsson, & Schipper, 2006; Daske et al., 2008; Dechow et al., 2010; Horton et al., 2013; Leuz & Wysocki, 2016; Marques, 2016). Este trabalho se insere nesse contexto, verificando se a adoção de novas normas tem relação com a republicação – um indicativo de auditoria de baixa qualidade – e com ressalva ou reprovação.

2.2 IFRS e republicação

A republicação dos relatórios contábeis diz respeito à divulgação de informações incorretas ou incompletas. Os pareceres expressos no

relatório da auditoria podem aprovar a contabilização de valores não vistos na elaboração original do balanço. A magnitude desses valores pode motivar a republicação do balanço (Lei n. 6.404, 1976).

Diversos estudos (Kinney, Palmrose, & Scholz, 2004; Stanley & Dezoort, 2007; McGuire, Omer, & Sharp, 2012; Schmidt, 2012; Francis & Michas, 2013; Lobo & Zhao, 2013; Jiang et al., 2015) atestam que a republicação pode ser considerada uma medida capaz de mensurar a qualidade da auditoria. Os resultados da pesquisa feita por Christensen et al. (2013) constataram que os reajustes das demonstrações contábeis são vistos como o principal indicador de má qualidade de auditoria por auditores e investidores. Pesquisas anteriores, como as de Kinney et al. (2004) e de Stanley & Dezoort (2007), revelam distorções materiais, como ações de execução da Securities and Exchange Commission (SEC), relacionadas a relatórios financeiros fraudulentos. Porém esses casos são considerados raros e sugerem taxas muito baixas de falha de auditoria.

Existe alguma evidência de que as alterações promovidas pela adoção das IFRS no Brasil podem ter aumentado o grau de exigência dos modelos contábeis (Oliveira & Lemes, 2011; Pelucio-Grecco, Geron, Grecco, & Lima, 2015; Linhares, Costa, & Beiruth, 2018). Por outro lado, a adoção de um novo modelo pode ter exigido do auditor que: (1) tenha qualificado sua mão de obra, (2) tenha trocado sua mão de obra, (3) tenha sido mais cuidadoso ou conservador por se tratar de um processo totalmente novo, ou (4) qualquer combinação dos fatores anteriores. É possível postular que essa maior qualificação ou esse maior cuidado tenham algum efeito similar ao da troca da auditoria, cuja evidência aponta para uma melhora na qualidade do relatório produzido (Silvestre, Costa & Krongauer, 2018). Assim, a adoção das IFRS pode resultar em uma maior incidência de republicação devido a uma auditoria mais forte. Com isso, postulamos a primeira hipótese (**H1**): as alterações promovidas pela adoção das IFRS no Brasil reduzem a probabilidade de republicação.

2.3 IFRS e ressalva ou reprovação

Existe um conflito de interesses dentro das empresas (Jensen & Meckling, 1976; Barry & Brown, 1985; Merton, 1987): há um incentivo para que os gestores adotem critérios de mensuração que fazem com que os demonstrativos contábeis sejam elaborados segundo seus próprios interesses e distorcendo o objetivo original de informar investidores (Becker, 1998; Chen, Chen, & Su, 2001; Paulo, 2007).

De acordo com o American Institute of Certified Public Accountants (AICPA, 2017), o auditor deve emitir um parecer com ressalva quando:

A evidência colhida pelo auditor indica que as demonstrações contábeis como um todo contêm distorções materiais.

O auditor não consegue colher evidências suficientes para concluir que as demonstrações contábeis estão livres de distorções materiais.

As alterações promovidas pela adoção das IFRS no Brasil podem ter aumentado o nível de complexidade dos modelos contábeis. Entretanto,

a preocupação das empresas em entender e implementar corretamente o novo padrão tem o potencial de melhorar o processo de reporte significativamente, numa lógica similar ao que pode ter ocorrido com as auditorias e que levou à elaboração da H1. Isso levaria a uma diminuição do volume de emissão de pareceres com ressalva ou reprovação pelas auditorias pois, apesar de seu potencial maior escrutínio, as empresas tenderiam a se afastar dos requisitos citados para emissão de ressalva. Assim, temos a segunda hipótese (H2): as alterações promovidas pela adoção das IFRS no Brasil reduzem a probabilidade de ocorrência de pareceres com ressalva ou reprovação por parte das empresas de auditoria.

3 METODOLOGIA

Para verificar os efeitos da adoção das IFRS na probabilidade de república das demonstrações contábeis e de parecer de auditoria com ressalva ou reprovação das empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa, os dados foram coletados por meio de consulta ao software Economatica e à CVM no ano de 2017. Foram extraídos dados das empresas brasileiras listadas que divulgam as informações sobre repúblicas e com emissão de parecer de auditoria com ressalva ou reprovação.

A população do estudo foi o total de empresas brasileiras com ações na BM&FBovespa. Porém foram excluídas as empresas com ausência de dados, holdings sem dados e empresas financeiras. Assim, a amostra consiste de painel não balanceado contendo 6.115 firmas-ano nas regressões de república e de ressalvas referentes a 613 empresas brasileiras de capital aberto listadas na BM&FBovespa, no período de 2001 a 2016. Este estudo foi estruturado em torno do período de transição da adoção das IFRS (2008-2009) e do período pós-adoção das IFRS, com variáveis *dummy* para os modelos de regressão, com o intuito de mensurar se a introdução do novo padrão contábil provoca ou não mudança em relação à chance de república e de emissão de pareceres com ressalva.

3.1 O modelo empírico

Os modelos de regressão utilizados foram uma adaptação dos modelos de Gupta, Krishnan e Yu (2012). Para testar a H1, a Equação (1) estima os determinantes de república das demonstrações contábeis:

$$Prob(REP_{i,t}) = \beta_0 + \beta_1 T_IFRS_{i,t} + \beta_2 P_IFRS_{i,t} + \theta Cont_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad \text{Equação (1)}$$

A variável *REP*, na Equação (1), é uma variável que admite dois valores: zero quando não apresenta república das demonstrações contábeis e um quando apresenta república. Como o propósito da análise consistiu em identificar se a transição das IFRS afeta a variável república, a variável *T_IFRS* assume valor um nos anos de 2008 e 2009, indicando a transição das IFRS, e zero para os demais anos. A outra variável de interesse, que afeta a república, é a pós-IFRS, definida como

P_{IFRS} na Equação (1), sendo uma variável *dummy* que corresponde aos valores um para os anos de 2010 a 2016 e zero para os anos de 2001 a 2007, considerados como períodos anteriores à adoção da nova norma. $Cont$ é um vetor de variáveis de controle correspondente às variáveis definidas na Tabela 2, com θ indicando o vetor dos parâmetros de cada controle.

Segundo Francis, Olsson and Schipper (2006), mesmo com a adoção de normas de IFRS, não se tem conhecimento de suas reais implicações em termos de avanços da qualidade da informação contábil, tendo em vista que essas normas são relativamente recentes. Já Dechow, Ge e Schrand (2010) asseguram que inúmeras são as métricas para a verificação das características da informação financeira. Portanto outra preocupação é a de identificar os efeitos das IFRS sobre as ressalvas e as reprovações, hipótese (H2) a ser testada pela Equação (2).

$$Prob(Res \text{ ou } Repr_{i,t}) = \beta_0 + \beta_1 T_{IFRS_{i,t}} + \beta_2 P_{IFRS_{i,t}} + \theta Cont_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad \text{Equação (2)}$$

Res ou $Repr$ é uma *dummy* que atua como variável resposta na Equação (2), sendo de valor um se a empresa emitiu parecer com ressalva ou reprovações no ano t e zero caso contrário. Para avaliar essa variável, foram consideradas as mesmas variáveis independentes da Equação (1).

3.2 Definições das variáveis

Para testar as hipóteses dos referidos modelos de regressão foi feita uma estimativa utilizando-se as variáveis dependentes e independentes descritas na Tabela 1:

Tabela 1 Variáveis dependentes e independentes de interesse

VARIÁVEL	DEFINIÇÃO
Variáveis independentes	
Repúblicação	Uma variável <i>dummy</i> definida como um se houve republicação das demonstrações financeiras e zero caso contrário.
Ressalva ou reprovação	Uma variável <i>dummy</i> definida como um se a empresa recebeu um parecer com ressalva ou reprovação e zero caso contrário.
Variáveis de interesse	
Transição das IFRS	<i>Dummy</i> de transição das IFRS igual a um para os anos de 2008 a 2009 e igual a zero caso contrário.
Período pós-IFRS	<i>Dummy</i> de pós-IFRS igual a um para os anos de 2010 a 2016 e igual a zero caso contrário.

Fonte: Elaborada pelo autor (2018).

Já a Tabela 2 apresenta as variáveis de controle com a intenção de se testar suas implicações em relação aos períodos de transição das IFRS e de pós-transição das IFRS.

Tabela 2 Variáveis independentes de controle

VARIÁVEL DE CONTROLE	DEFINIÇÃO
Prejuízo (LOSS)	Uma variável <i>dummy</i> definida como igual a um se o lucro líquido for negativo e igual a zero caso contrário.
Alavancagem (ALAVFIN)	Dívida de longo prazo mais a parcela corrente da dívida de longo prazo, dividida pelo total de ativos.
Tamanho (TAM)	Tamanho da empresa medido pelo logaritmo natural do valor do seu ativo total.
Retorno sobre ativos (ROA)	Retorno sobre ativos, medido como lucro líquido dividido pelo total de ativos.
Empresas Big Four (BIGN)	Uma variável <i>dummy</i> definida como igual a um se o auditor for <i>Big Four</i> (Deloitte, Ernst & Young, KPMG ou PricewaterhouseCoopers) e igual a zero caso contrário.
Especialista (ESPEC)	Uma variável de indicador igual a um se o auditor for especialista no setor, ou seja, quando a auditoria for feita por uma empresa que atue em mais de um segmento de firma, e igual a zero caso contrário.
Complexidade (COMPLEX)	Uma variável de indicador definida como igual a um se a empresa opera em mais de um ramo de atividade, ou seja, em mais de um segmento de atividade econômica.
<i>i</i> e <i>t</i>	Indicadores de empresa e ano, respectivamente.

Fonte: Elaborada pelo autor (2018).
Nota. Estas variáveis foram winsorizadas a 5%.

As variáveis de controle foram definidas com base em resultados prévios da literatura (Larcker, Richardson & Tuna, 2007; Dechow, Ge e Schrand, 2010; Cassell, Myers, Seidel, & Zhou, 2016; Lo, Ramos e Rogo, 2017). Empresas com prejuízos (*LOSS*) podem ter mais dificuldades de produzir um relatório claro pois precisam justificar mais a viabilidade do negócio, o que pode ter consequências sobre a probabilidade de um evento adverso (república ou ressalva). A alavancagem (*ALAVFIN*) pode ter um efeito similar, pois significa que a empresa está mais exposta a risco financeiro. Empresas maiores (*TAM*) podem ter mais a explicar, estando mais sujeitas a um evento adverso. Já empresas com bom desempenho (*ROA*) podem ter menos a explicar, gerando menores preocupações e menores chances de evento adverso. Ser auditado por uma das grandes auditorias (*BIGN*) pode diminuir as chances de um efeito adverso, uma vez que estas possuem mais expertise e podem ter um processo de acompanhamento da elaboração dos relatórios mais estrito, aumentando a qualidade do reporte. O mesmo efeito é esperado do fato de o auditor ser especialista (*ESPEC*). Já a complexidade da operação (*COMPLEX*) deve ter um efeito contrário, tornando o reporte de mais difícil elaboração e, portanto, tornando a empresa mais sujeita a eventos adversos.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 Resultados da estatística descritiva

A Tabela 3 apresenta a estatística descritiva das variáveis aplicadas nos modelos estudados – Equações (1) e (2).

Tabela 3 Estatística descritiva

Variáveis	Média	DP*	Mínimo	Q1	Mediana	Q3	Máximo
REP	0,00	0,07	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
Res ou Repr	0,06	0,23	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
T_IFRS	0,13	0,33	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
P_IFRS	0,67	0,47	0,00	0,00	1,00	1,00	1,00
LOSS	0,35	0,48	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00
TAM	12,96	2,88	5,31	11,58	13,55	14,98	17,07
ROA	-0,06	0,30	-1,14	-0,03	0,02	0,07	0,18
ALAVFIN	1,23	4,99	-11,40	0,00	1,40	2,40	14,50
ESPEC	0,88	0,33	0,00	1,00	1,00	1,00	1,00
COMPLEX	0,06	0,24	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
BIGN	0,63	0,48	0,00	0,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: Elaborada pelo autor (2018).

Nota. *DP = desvio padrão. REP = republicação; Res ou Repr = reprovação ou ressalva; T_IFRS = período de transição IFRS (2008-2009); P_IFRS = período de pós-transição das IFRS (2010-2016); LOSS = prejuízo; TAM = tamanho da empresa; ROA = retorno sobre o ativo total; ALAVFIN = grau da alavancagem financeira; ESPEC = especialista no setor; COMPLEX = nível de complexidade; BIGN = se é auditada por uma Big Four. A amostra contém 613 empresas/ano listadas na Economatica e 6.115 observações, capturadas entre os anos de 2001 e 2016.

Na Tabela 3, verifica-se que as variáveis *REP* (republicação) e *Res ou Repr* (ressalva) apresentam valores baixos, pois a primeira representa apenas 0,4% da amostra (referente a 35 republicações detectadas durante o período de análise), e a segunda a 6% do total de observações. Além disso, a maior parte se encontra no período pós-IFRS (*P_IFRS*) – 67%, em média –, e apenas 13% durante o período de transição (*T_IFRS*).

Uma parcela considerável, de 35% das observações, apresenta prejuízo (*LOSS*). O forte resultado negativo é reforçado pelo *ROA* médio negativo (-0,06). Possivelmente esse cenário tem a ver com o período de estudo, que perpassa pelo período de crise de *subprime* (Freitas e Cintra, 2008) e pela crise brasileira (Veloso & Bonelli, 2016; Barbosa, 2017). Em relação ao seu tamanho (*TAM*, total do ativo em logaritmo), as empresas são de grande porte, com uma média de R\$ 425 milhões em ativos, sendo que a menor possui em torno de R\$ 202 milhões em ativos. Interessante notar que a média da dívida das empresas (*ALAVFIN*) se encontra acima de um, o que indica que elas apresentam um endividamento relativamente alto. Além disso, 88% das empresas são auditadas por especialistas, e detecta-se que poucas são complexas (*COMPLEX*) – 6% do total. Por fim, quase dois terços das empresas são auditadas pelas Big Four (*BIGN*), que, por sua vez, são consideradas as empresas de auditoria mais importantes no cenário econômico global e, teoricamente, as de mais alto padrão.

4.2 Resultados dos testes de médias

A Tabela 4 apresenta a comparação das médias das variáveis em estudo, buscando-se avaliar se há diferenças entre os períodos de transição e pós-IFRS.

Tabela 4 Teste de médias

Variáveis	Transição das IFRS (n = 1254)		Período pós-IFRS (n = 4389)		Diferença	P-valor
	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão		
Res ou Repr	0,0808	0,2725	0,0392	0,1941	-0,0416	0,0000***
REP	0,0058	0,0758	0,0042	0,0646	-0,0016	0,3785
TAM	12,7694	2,6662	13,1259	3,0434	0,3566	0,0000***
ROA	-0,0437	0,2750	-0,0702	0,3135	-0,0264	0,0005***
ALAVFIN	1,2188	5,1102	1,2317	4,8838	0,0130	0,9194
ESPEC	0,8503	0,3568	0,8992	0,3012	0,0488	0,0000***
COMPLEX	0,0512	0,2205	0,0664	0,2491	0,0152	0,0123**
BIGN	0,5651	0,4958	0,6849	0,4646	0,1198	0,0000***

Fonte: Elaborada pelo autor (2018).

Nota. REP = repúblicação; Res ou Repr = reprovação ou ressalva; T_IFRS = período de transição IFRS (2008-2009); P_IFRS = período de pós-transição das IFRS (2010-2016); LOSS = prejuízo; TAM = tamanho da empresa; ROA = retorno sobre o ativo total; ALAVFIN = grau da alavancagem financeira; ESPEC = especialista no setor; COMPLEX = nível de complexidade; BIGN = se é auditada por uma Big Four; Diferença = diferença entre a média no período pós-IFRS e no período de transição; */**/*** = estatisticamente significativo aos níveis de 10%, 5% e 1%, respectivamente. A amostra contém 613 empresas/ano listadas na Economatica e 6.115 observações, capturadas entre os anos de 2001 e 2016.

Na Tabela 4, identifica-se que as variáveis que resultaram significativas para o teste t de Student foram a dependente *Res ou Repr* e as de controle *TAM*, *ROA*, *ESPEC*, *COMPLEX* e *BIGN*. Com isso, denota-se que as ressalvas ou reprovações (Res ou Repr) foram maiores no período de transição que no período pós IFRS, devido a uma melhora nos padrões contábeis advindos da adoção das IFRS. A diminuição de 8% para 4% da probabilidade de emissão de parecer com ressalva ou reprovação sinaliza uma melhora desse indicador, corroborando achados anteriores (Kinney et al., 2004; Stanley & Dezoort, 2007; Mcguire et al., 2012; Schmidt, 2012; Francis & Michas, 2013; Lobo & Zhao, 2013).

Nota-se que o tamanho das empresas (*TAM*) foi maior no período pós-IFRS que no período de transição. Isso era esperado devido às novas IFRS (Hung & Subramanyam, 2007; Pires, Decourt, Camargo, & Siebel, 2012). Da mesma forma, identifica-se um *ROA* negativo, que se torna mais negativo de um período para o outro, indicando um possível efeito persistente da crise do subprime (Freitas & Cintra, 2008) e da subsequente crise brasileira (Veloso & Bonelli, 2016; Barbosa, 2017). A alavancagem não mostra diferença significativa. Pode-se verificar também um aumento de especialistas (*ESPEC*) no período pós-IFRS em relação ao de transição, o que pode ter relação com o aumento das Big Four relatado mais à frente. Já em relação à complexidade (*COMPLEX*), observa-se a mesma situação que foi observada na variável *ESPEC*: as empresas identificadas no estudo atuam em diversos segmentos no período pós-IFRS, indicando uma diversificação de suas operações. Finalmente, a variável *BIGN* indica que houve um aumento significativo da contratação das *Big Four*, o que pode estar relacionado a uma maior expertise em IFRS e a uma busca pela diminuição dos riscos de *compliance*.

4.3 Resultados das regressões

As Tabelas 5 e 6 apresentam os resultados de dois modelos de regressão, repúblicação (Equação 1) e ressalva (Equação 2), com o coeficiente Logit

(não-linear), bem como o efeito marginal médio (uma média do efeito não-linear) e o P-valor.

Tabela 5 Regressão da variável república (REP)

Variáveis	Coeficiente Logit	Erro padrão	P-valor	Coeficiente dy/dx	Erro padrão	P-valor
T_IFRS	0,8722	0,5808	0,1330	0,0042	0,0028	0,1380
P_IFRS	-0,0437	0,6871	0,9490	-0,0002	0,0033	0,9490
LOSS	1,2500	0,4827	0,0100**	0,0060	0,0030	0,0480**
TAM	0,2506	0,1118	0,0250**	0,0012	0,0007	0,0650*
ROA	1,2825	1,0167	0,2070	0,0062	0,0055	0,2560
ALAVFIN	-0,0242	0,0262	0,3500	-0,0001	0,0001	0,3770
ESPEC	0,8204	0,4387	1,8700	0,0040	0,0021	0,0640*
COMPLEX	0,8111	0,4642	0,0810*	0,0039	0,0020	0,0500**
BIGN	-1,6282	0,4346	0,0000***	-0,0079	0,0027	0,0040***

Fonte: Elaborada pelo autor (2018).

Nota. REP = república; Res ou Repr = reprevação ou ressalva; T_IFRS = período de transição IFRS (2008-2009); P_IFRS = período de pós-transição das IFRS (2010-2016); LOSS = prejuízo; TAM = tamanho da empresa; ROA = retorno sobre o ativo total; ALAVFIN = grau da alavancagem financeira; ESPEC = especialista no setor; COMPLEX = nível de complexidade; BIGN = se é auditada por uma Big Four; */**/** = estatisticamente significativo aos níveis de 10%, 5% e 1%, respectivamente. Esta tabela descreve a Equação (1) sobre o efeito médio por Logit e o efeito marginal médio, também estimado por Logit, com erros padrão clusterizados em nível de firma. A amostra contém 613 empresas listadas na BM&FBovespa e 6.115 observações com efeito fixo de setor, capturadas entre os anos 2001 e 2016.

A Tabela 5 descreve o coeficiente Logit (não-linear) e o efeito marginal médio de cada uma das variáveis, na probabilidade de ter ocorrido república. Não foram encontrados resultados estatisticamente significativos tanto no período de transição (*T_IFRS*) quanto no período pós-IFRS (*P_IFRS*). Assim, a hipótese de que talvez as auditorias tenham fortalecido o processo não se sustenta. Entretanto, esses resultados estão em linha com as ponderações de Ball (2006), ao mencionar que a adoção das IFRS não significa, necessariamente, melhoria instantânea, uma vez que aspectos culturais, políticos, entre outros, podem fazer com que as interpretações se tornem dúbias. Outro ponto a se destacar é a pouca variabilidade dos dados. Como a república é um evento relativamente raro, o modelo pode não estar conseguindo capturar devidamente os efeitos.

Quanto aos controles, identifica-se que as variáveis que afetam a variável república são as variáveis *LOSS*, *TAM*, *ESPEC*, *COMPLEX* e *BIGN*. Analisando os coeficientes, é possível alertar que ante uma perda (*LOSS*) aumenta em 0,6 p.p. a chance de república, indicando que empresas com perdas podem ter mais problemas em elaborar um relatório fidedigno. Como a média de república é baixa (0,06% na transição e 0,04% no pós-IFRS), é um efeito econômico importante. Quanto ao tamanho da empresa (*TAM*), uma variação de um ponto de log no total do ativo aumenta a chance de república em 0,12 p.p., embora a relação estatística seja fraca. O fato de a auditoria ser especialista no setor (*ESPEC*) tem um efeito fracamente significante somente no efeito marginal médio, com um aumento de 0,40 p.p. na chance de república. Firmas mais complexas, que atuam em mais de um setor (*COMPLEX*), também apresentam uma chance estatisticamente significante de maior república, de 0,2%, provavelmente devido à

maior dificuldade inerente de reportar a operação. Por fim, ser auditado por uma Big Four (*BIGN*) está associado a uma possibilidade 0,79 p.p. menor de república, indicando uma maior qualidade do processo de auditoria. *ROA* e alavancagem parecem não estar relacionados com a chance de república.

A Tabela 6 apresenta a regressão da variável ressalva estimada por Logit e também pelo coeficiente (dy/dx), apresentando o efeito marginal médio:

Tabela 6 Regressão da variável ressalva ou reprovação (RES ou REPR)

Variáveis	Coeficiente Logit	Erro padrão	P-valor	Coeficiente dy/dx	Erro padrão	P-valor
T_IFRS	-0,4319	0,1632	0,0008***	-0,0227	0,0073	0,0002***
P_IFRS	-0,8640	0,1949	0,0000***	-0,0454	0,0120	0,0000***
LOSS	1,0484	0,1351	0,0000***	0,0551	0,0110	0,0000***
TAM	0,0805	0,0640	0,2090	0,0042	0,0034	0,2120
ROA	0,1084	0,4157	0,7940	0,0057	0,0222	0,7970
ALAVFIN	-0,0059	0,0134	0,6580	-0,0003	0,0007	0,6550
ESPEC	-0,1848	0,5016	0,7130	-0,0097	0,0263	0,7120
COMPLEX	0,2534	0,5455	0,6420	0,0133	0,0281	0,6360
BIGN	-0,7692	0,2277	0,0001***	-0,0405	0,0141	0,0004 ***

Fonte: Elaborada pelo autor (2018).

Nota. REP = república; Res ou Repr = reprovação ou ressalva; T_IFRS = período de transição IFRS (2008-2009); P_IFRS = período de pós-transição das IFRS (2010-2016); LOSS = prejuízo; TAM = tamanho da empresa; ROA = retorno sobre o ativo total; ALAVFIN = grau da alavancagem financeira; ESPEC = especialista no setor; COMPLEX = nível de complexidade; BIGN = se é auditada por uma Big Four; *** = estatisticamente significativo aos níveis de 10%, 5% e 1%, respectivamente. Esta tabela descreve a Equação (2) sobre o efeito médio por Logit e o efeito marginal médio, também estimado por Logit, com erros padrão clusterizados em nível de firma. A amostra contém 613 empresas listadas na BM&FBovespa e 6.115 observações com efeito fixo de setor, capturadas entre os anos 2001 e 2016.

A Tabela 6 indica que foram encontrados resultados estatisticamente significativos nos períodos de transição (*T_IFRS*) e pós-IFRS (*P_IFRS*), suportando a H2. Durante a transição observa-se uma redução de 2,27 p.p. na probabilidade de emissão de pareceres de auditoria com ressalva ou reprovação (*Res ou Repr*), com um efeito econômico ainda mais pronunciado no período pós-IFRS, em que houve redução de 4,54 p.p. É um efeito econômico importante quando contrastado com as médias de 8% e 4% nos períodos de transição e pós-IFRS. Portanto existe alguma indicação de que os relatórios contábeis tiveram uma melhora em sua qualidade, corroborando resultados obtidos em outros cenários, tanto no Brasil quanto no exterior (Oliveira & Lemes, 2011; Pelucio-Grecco et al., 2015; Linhares, Costa & Beiruth, 2018).

Em termos de controles, *LOSS* continua com resultado altamente significativo, evidenciando que as perdas também possuem um efeito importante sobre a chance de ressalva ou reprovação (*Res ou Repr*), com um aumento de 5,51 p.p. Ser auditado por uma *Big Four* continua tendo um resultado similar sobre ressalvas e reprovações, com uma diminuição de 4 p.p. na chance de ocorrência de problemas desse tipo. Os demais controles mostram-se não significativos.

Assim, há alguma evidência de que talvez a adoção das IFRS não tenha tido um impacto tão forte nas demonstrações contábeis, diante do não resultado em repúblicas que demonstrou este estudo. Tal resultado está em linha com as afirmações de Ball et al. (2003) de que os incentivos

econômicos dominam os padrões contábeis na determinação da qualidade das demonstrações financeiras. Entretanto há evidência de que alguma melhora pode ter ocorrido, uma vez que no período posterior às IFRS diminuiu o volume de pareceres ressalvados ou reprovados.

5 CONCLUSÃO

Este estudo objetivou analisar o efeito das Normas Internacionais para Contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS) em republicação de relatórios financeiros e na emissão de parecer de auditoria com ressalva ou reprovação. Para responder à questão da pesquisa, foi utilizada uma amostra coletada por meio de base de dados da Economatica e da CVM. Foram estudadas 613 empresas de capital aberto, listadas na BM&FBovespa, no período de 2001 a 2016.

Os resultados deste estudo indicam um efeito positivo da adoção das IFRS na qualidade das demonstrações contábeis brasileiras ao evidenciar diminuição da ocorrência de ressalvas e reprovações por parte das empresas de auditoria. Entretanto não se observou nenhum efeito relativo à chance de republicação, ou seja, embora as empresas de auditoria estejam ressalvando ou reprovando menos os balanços, não se verifica redução na probabilidade de republicação destes. Nessa perspectiva, os resultados desta pesquisa podem ser úteis para reguladores como a CVM, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ou o próprio International Accounting Standards Board (IASB) – que tem a função de trazer transparência, *accountability* e eficiência para os mercados financeiros –, na medida em que sinaliza uma melhora apenas parcial na qualidade das demonstrações contábeis.

Este estudo, por estar limitado às empresas listadas, não analisa o universo de empresas fechadas e auditadas. Por envolver empresas fechadas e com menores requisitos de disclosure, é possível que os efeitos das IFRS pudessem ser ampliados caso tais empresas fossem analisadas. Ou seja, sugere-se que pesquisas futuras verifiquem os efeitos da adoção das normas internacionais para além do universo de empresas listadas. Por fim, é válido enfatizar que existem oportunidades para novos estudos, pesquisando, por exemplo, outras formas de verificação da adoção das IFRS, a saber: i) quais são as organizações com uma relação custo/benefício mais atraente; ii) qual pode ser o efeito da adoção das IFRS no uso da informação contábil por outros usuários; iii) verificar minuciosamente se as empresas de fato adotam as IFRS, ou seja, analisar o grau de cumprimento das novas regras estabelecidas por esse paradigma contábil; entre outros.

REFERÊNCIAS

- AICPA (2017). *Modifications to the Opinion in the Independent Auditor's Report*. Recuperado de <https://www.aicpa.org/research/standards/auditattest/downloadabledocuments/au-c-00705.pdf>

- Ball, R. (2006). International Financial Reporting Standards (IFRS): pros and cons for investors. *Accounting and Business Research*, 36(1), 5-27. doi: 10.1080/00014788.2006.99730040
- Ball, R., Robin, A., & Wu, J. S. (2003). Incentives versus standards: properties of accounting income in four East Asian countries. *Journal of Accounting and Economics*, 36(1), 235-270. doi: <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2003.10.003>
- Barbosa, F. de H., Filho (2017). A crise econômica de 2014/2017. *Estudos Avançados*, 31(89), 51-60.
- Barry, C. B. & Brown, S. J. (1985). Differential information and security market equilibrium. *Journal of Financial and Quantitative Analysis*, 20(4), 407-422.
- Barth, M. E., Landsman, W. R., & Lang, M. H. (2008). International Accounting Standards and Accounting Quality. *Journal of Accounting Research*, 46(3), 467-498. doi: 10.1111/j.1475-679X.2008.00287.x
- Becker, C. L., DeFond, M. L., Jiambalvo, J., & Subramanyam, K. R. (1998). The effect of audit quality on earnings management. *Contemporary accounting research*, 15(1), 1-24.
- Cameran, M., Campa, D., & Pettinicchio, A. (2014). IFRS Adoption Among Private Companies: Impact on Earnings Quality. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 29(3), 278-305. doi: 10.1177/0148558X14534260
- Cassell, C. A., Myers, L. A., Seidel, T. A., & Zhou, J. (2016). The Effect of Lame Duck Auditors on Management Discretion: An Empirical Analysis. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 35(3), 51-73. doi: <https://doi.org/10.2308/ajpt-51378>
- Cavalier, G. R. & Tiras, S. L. (2013). Brazil's adoption of IFRS: fertile ground for examining earnings management. *Brazilian Business Review*, 10(4), 133.
- Chen, C. J. P., Chen, S., & Su, X. (2001). Profitability Regulation, Earnings Management, and Modified Audit Opinions: Evidence from China. *AUDITING: A Journal of Practice & Theory*, 20(2), 9-30.
- Christensen, H. B., Hail, L., Leuz, C. (2013). Mandatory IFRS reporting and changes in enforcement. *Journal of Accounting and Economics*, 56, 147-177. doi: 10.1016/j.jacceco.2013.10.007
- Daske, H., Hail, L., Leuz, C. & Verdi, R. (2008). Mandatory IFRS Reporting around the World: Early Evidence on the Economic Consequences. *Journal of Accounting Research*, 46, 1085-1142. doi: 10.1111/j.1475-679X.2008.00306.x
- Daske, H., Hail, L., Leuz, C., & Verdi, R. (2013). Adopting a Label: Heterogeneity in the Economic Consequences Around IAS/IFRS Adoptions. *Journal of Accounting Research*, 51, 495-547. doi: 10.1111/1475-679X.12005
- De George, E. T., Ferguson, C. B., & Spear, N. A. (2012). How much does IFRS cost? IFRS adoption and audit fees. *The Accounting Review*, 88(2), 429-462.
- De George, F., Patel, J., & Zeckhauser, R. (1999). Earnings management to exceed thresholds. *The Journal of Business*, 72(1), 1-33.
- DeAngelo, L. E. (1981). Auditor independence, 'low balling', and disclosure regulation. *Journal of accounting and Economics*, 3(2), 113-127.

- Dechow, P., Ge, W., & Schrand, C. (2010). Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of accounting and economics*, 50(2-3), 344-401.
- Durnev, A. & Kim, E. H. (2005). To steal or not to steal: Firm attributes, legal environment, and valuation. *The Journal of Finance*, 60, 1461-1493.
- Dye, R. A. (1993). Auditing standards, legal liability, and auditor wealth. *Journal of political Economy*, 101(5), 887-914.
- Francis, J. R. (2011). A framework for understanding and researching audit quality. *Auditing: A journal of practice & theory*, 30(2), 125-152.
- Francis, J. R., & Michas, P. N. (2013). The contagion effect of low-quality audits. *The Accounting Review*, 88(2), 521-552.
- Francis, J., Olsson, P., & Schipper, K. (2006). *Earnings Quality: fundations and trends in accounting*. Boston: Now Publisher Inc.
- Freitas, M. C. P. D., & Cintra, M. A. M. (2008). Inflação e deflação de ativos a partir do mercado imobiliário americano. *Revista de Economia Política*, 28(3).
- Gebhardt, G., & Novotny#Farkas, Z. (2011). Mandatory IFRS Adoption and Accounting Quality of European Banks. *Journal of Business Finance & Accounting*, 38(3-4), 289-333. doi: <https://doi.org/10.1111/j.1468-5957.2011.02242.x>
- Geiger, M. A. & Raghunandan, K. (2002). Auditor tenure and audit reporting failures. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 21(1), 67-78.
- Ghosh, A. & Moon D. (2002). Does Auditor Tenure Impair Audit Quality? *Working paper, Baruch College*.
- Giroto, M. (2017). Pesquisas apontam os resultados da adoção das normas IFRS no Brasil. *Revista Brasileira de Contabilidade*, (222), 6-15. Recuperado de <http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/1482>
- Gupta, P., Krishnan, G., & Yu, W. (2012). *Do Auditors Allow Earnings Management When Audit Fees Are Low?* Recuperado de <http://ssrn.com/abstract=1836829>. doi: 10.2139/ssrn.1836829
- Hail, L., Leuz, C., & Wysocki, P. D. (2010). Global Accounting Convergence and the Potential Adoption of IFRS by the U.S. (Part I): Conceptual Underpinnings and Economic Analysis. *Accounting Horizons*, 24(3), 355-394.
- Horton, J., Serafeim, G., & Serafeim, I. (2013). Does Mandatory IFRS Adoption Improve the Information Environment?. *Contemporary Accounting Research*, 30, 388-423. doi: 10.1111/j.1911-3846.2012.01159.x
- Hung, M. & Subramanyam, K. R. (2007). Financial statement effects of adopting international accounting standards: the case of Germany. *Review of accounting studies*, 12(4), 623-657.
- IFRS (2018). *Why global accounting standards?* Recuperado em 25 de setembro de 2018 de <https://www.ifrs.org/use-around-the-world/why-global-accounting-standards/>.
- Jensen, M. & Mackling, W. H. (1976). Theory of The Firm: Managerial Behavior, Agency Cost and Ownership Structure. *Journal of Financial Economics*.
- Jiang, H., Habib, A., & Zhou, D. (2015) Accounting restatements and audit quality in China. *Advances in Accounting*, 31, 125-135. doi: 10.1016/j.adiac.2015.03.014

- Kinney, W. R., Palmrose, Z. V., & Scholz, S. (2004). Auditor Independence, Non#Audit Services, and Restatements: Was the US Government Right?. *Journal of Accounting Research*, 42(3), 561-588.
- KPMG (2009). A fraude no Brasil. *Relatório da pesquisa 2009*. Recuperado em 04 março, 2016, de http://www.kpmg.com.br/publicacoes/forensic/fraudes_2009_port.pdf
- Lara, J. M. G., Torres, J. A. R., & Veira, P. J. V. (2008). Conservatism of earnings reported under International Accounting Standards: A comparative study. *Spanish Journal of Finance and Accounting*, 37(138), 197-210. doi: <https://doi.org/10.1080/02102412.2008.10779642>
- Larcker, D. F., Richardson, S. A., & Tuna, I. (2007). Corporate Governance, Accounting Outcomes, and Organizational Performance. *The Accounting Review*, 82(4), 963-1008. doi: <https://doi.org/10.2308/accr.2007.82.4.963>
- Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (1976). Recuperado 23 de outubro de 2018, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm
- Leuz, C. & Wysocki, P. D. (2016). The Economics of Disclosure and Financial Reporting Regulation: Evidence and Suggestions for Future Research. *Journal of Accounting Research*, 54, 525-622. doi: [10.1111/1475-679X.12115](https://doi.org/10.1111/1475-679X.12115)
- Linhares, F., Costa, F., & Beiruth, A. (2018). Earnings management and investment efficiency. *Review of Business Management*, 20(2), 295-310. doi: [10.7819/rbgn.v20i2.3180](https://doi.org/10.7819/rbgn.v20i2.3180)
- Lo, K., Ramos, F., & Rogo, R. (2017). Earnings management and annual report readability. *Journal of Accounting and Economics*, 63(1), 1-25. doi: <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2016.09.002>
- Lobo, G. J. & Zhao, Y. (2013). Relation between audit effort and financial report misstatements: Evidence from quarterly and annual restatements. *The Accounting Review*, 88(4), 1385-1412.
- Marques, V. (2016). *Qualidade das Informações Financeiras e o Ambiente Regulatório: Evidências empíricas no Período de 1998-2013*. Tese de Doutorado em Administração, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração – CEPEAD, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, Brasil.
- McGuire, S. T., Omer, T. C., & Sharp, N. Y. (2012). The impact of religion on financial reporting irregularities. *The Accounting Review*, 87(2), 645-673.
- Merton, R. C. (1987). A simple model of capital market equilibrium with incomplete information. *The journal of finance*, 42(3), 483-510.
- Myers, J. N., Myers, L. A., & Omer, T. C. (2003). Exploring the term of the auditor-client relationship and the quality of earnings: A case for mandatory auditor rotation? *The Accounting Review*, 78(3), 779-799.
- Oliveira, F. S., Dias, J. M., Filho, & Gomes, S. M. da S. (2014). O Impacto do IFRS sobre os Custos de Auditoria no Brasil 2014. *Anais do Encontro da ANPAD*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 38.
- Oliveira, V. & Lemes, S. (2011). Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças*, 22(56), 155-173. doi: [10.1590/S1519-70772011000200003](https://doi.org/10.1590/S1519-70772011000200003)

- Paananen, M., & Lin, H. (2009). The Development of Accounting Quality of IAS and IFRS over Time: The Case of Germany. *Journal of International Accounting Research*, 8(1), 31-55. doi: <https://doi.org/10.2308/jiar.2009.8.1.31>
- Paulo, E. (2007). *Manipulação das informações contábeis: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Pelucio-Grecco, M. C., Geron, C. M. S., Grecco, G. B. & Lima, J. P. C. (2014). The effect of IFRS on earnings management in Brazilian non-financial public companies. *Emerging Markets Review*, 21, 42-66. doi: 10.1016/j.ememar.2014.07.001
- Pires, C. de O., Decourt, R. F., Camargo, C. U. de O., & Siebel, V. (2012). Os impactos da fase final de transição para o IFRS no Brasil. *Anais do Seminários em Administração*, São Paulo, SP, Brasil, 15.
- Rathke, A. A. T., Santana, V. de F., Lourenço, I. M. E. C., & Dalmácio, F. Z. (2016). International Financial Reporting Standards and Earnings Management in Latin America. *Revista de Administração Contemporânea*, 20(3), 368-388. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2016140035>
- Schmidt, J. J. (2012). Perceived auditor independence and audit litigation: The role of nonaudit services fees. *The Accounting Review*, 87(3), 1033-1065.
- Silvestre, A. O., Costa, C. M., & Kronbauer, C. A. (2018). Audit Rotation And Earnings Quality: An Analysis Using Discretionary Accruals. *Brazilian Business Review*, 15(5), 410-426. doi: 10.15728/bbr.2018.15.5.1
- Solomon, I., Shields, M. D., & Whittington, O. R. (1999). What do industry-specialist auditors know? *Journal of accounting research*, 37(1), 191-208.
- Stanley, J. D., & DeZoort, F. T. (2007). Audit firm tenure and financial restatements: An analysis of industry specialization and fee effects. *Journal of Accounting and Public Policy*, 26(2), 131-159.
- Veloso, F. & Bonelli, R. (2016). *A Crise de Crescimento do Brasil*. São Paulo: Elsevier.
- Watts, R. L. & Zimmerman, J. L. (1981). The markets for independence and independent auditors. *Unpublished manuscript*. University of Rochester, NY.